AÇÃO ORIGINÁRIA 2.363 SANTA CATARINA

RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
AUTOR(A/S)(ES)	: LILIAM KRELLING
ADV.(A/S)	: CARLOS AUGUSTO MEIER
RÉU(É)(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

EMENTA: **Controvérsia** *em torno do pagamento de diferenças a título de Parcela Autônoma de Equivalência – PAE*. **Pretendida configuração** *da competência originária* do Supremo Tribunal Federal (**CF**, art. 102, I, "**n**"). **Inocorrência**. Demanda **que não se refere** *à totalidade dos integrantes da Magistratura*, **mas apenas** *a uma fração dela* (Juízes classistas, *no caso*). **Precedentes**. **Incompetência absoluta** do STF. **Devolução** dos autos à origem.

– **A competência originária** do Supremo Tribunal Federal **prevista** no art. 102, I, "**n**", da Constituição da República **reveste-se** *de caráter excepcional* **e somente** se concretiza **caso** registrem-se, *cumulativamente*, **os seguintes pressupostos legitimadores** de sua instauração: (**a**) **exclusividade** dos direitos e interesses **vindicados** pela Magistratura (**RTJ** 128/475 – **RTJ** 138/11 – **RTJ** 144/349 – **RTJ** 147/179 – **RTJ** 164/840, *v.g.*) **e** (**b**) direitos e interesses **que se refiram à totalidade** da Magistratura nacional (**AO** 1.419-AgR/PE – **AO** 2.012--AgR/RJ – **Rcl** 16.530-AgR/CE – **Rcl** 19.681--AgR/SE, *v.g.*). **Precedentes**.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0659-878E-F8BC-7534 e senha 7FF9-E63E-C399-8FC9

AO 2363 / SC

DECISÃO: Trata-se de "*ação de cobrança*" **ajuizada**, *inicialmente*, **perante** a Justiça Federal **de primeira** instância, por sucessora de beneficiária de pensão instituída por juiz de representação de classe **contra** a União Federal, **com o objetivo de** "*(…) condenar a parte adversária ao pagamento das diferenças devidas à parte demandante, '... reflexos da parcela autônoma de equivalência incidente sobre os proventos e pensões de 1992 ...', no período de 13/03/1996 (vez que o período anterior está alcançado pela prescrição) a fevereiro de 2001 (inclusive), bem como efeitos financeiros pertinentes em natalinas, adicional por tempo de serviço, férias e seu terço constitucional e demais verbas adjacentes (…)*".

A autora **sustenta** a sua pretensão de direito material, *em síntese*, **nos seguintes fundamentos**:

> *"**Ao cabo do ano 2000**, **a ANAJUCLA – Associação Nacional dos Juízes Classistas da Justiça do Trabalho**, **entidade que representa os ativos litigantes**, questionou à Presidência do Tribunal Superior do Trabalho a despeito dos efeitos decorrentes do ato TST.GP n. 109/2000 da mesma Corte, o qual tratava da remuneração dos Magistrados da Justiça do Trabalho, objetivando, face a dissonância de interpretações e aplicações pelos Tribunais Regionais do Trabalho deste país, dirimir dúvidas a despeito da sua aplicação aos proventos e pensões dos juízes de representação de classe, até então congelados pelo advento da Lei 9.655/98, em seu artigo 5º.*
>
> ***A apontada provocação administrativa teve lastro**, **em seu âmago**, **no deferimento de liminar na Ação Ordinária nº 630-DF**, **de relatoria do então Senhor Ministro Nelson Jobin**, da qual originou a edição da Resolução nº 195/2000 do STF, de 27/02/2000, publicada no Diário de Justiça no dia 01/03/2000, e o impugnado ato nº GP nº 109/2000 do TST, donde este introduziu em seu art. 3º restrição não prevista na Resolução do STF e na liminar que lhe deu origem, restringindo efeitos aos juízes classistas.*
>
> ***O ato administrativo impugnado tomou o n. Ato TST/GP 109/2000 e derivou na matéria administrativa***

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0659-878E-F8BC-7534 e senha 7FF9-E63E-C399-8FC9

*(**TST-MA 680.034/2000-1**), debatida no seio do Tribunal Superior do Trabalho (Pleno), da qual, em 15 de dezembro de 2000, teve o seguinte deslinde, até então não judicializado:*

> *'**Se lei posterior desvinculou o valor das gratificações dos juízes classistas em atividade dos vencimentos dos juízes presidentes de JCJ's**, estabelecendo um valor fixo para essas gratificações, os proventos e pensões também se desvinculam, mesmo no caso em que as aposentadorias tenham sido concedidas após processos judiciais transitados em julgado. Isso porque o sentido dessas decisões era o de garantir que os proventos integrais de aposentadoria correspondessem ao mesmo valor que seria percebido, caso o juiz classista estivesse em atividade'.*

***Frente a tal decisão administrativa**, **no dia 13 de março de 2001** (**fl. 62 dos autos**), **a ANAJUCLA propôs Mandado de Segurança Coletivo junto ao Tribunal Superior do Trabalho**, o qual tomou o numero 73.165/2001-8, tendo em mira os reflexos financeiros concedidos à magistratura vitalícia decorrente dos efeitos da Lei 8.448/92 (derivando na liminar da Ação Ordinária 630-DF e desdobramento decorrente da resolução do STF e ato do TST), a qual instituiu o nominado auxílio-moradia (PAE), conferido, também, aos Deputados Federais através da Resolução 85 da Câmara Federal. Visou o remédio heróico ver os proventos e pensões da categoria da impetrante reajustados com as vantagens da equivalência salarial.*

***O resultado do mandado de segurança**, **numa primeira vista**, **não fora simpático à impetrante**, desaguando na sua improcedência por seis votos favoráveis contra cinco a favor (...):*

….....

***O julgamento em tela fora desafiado por Recurso em Mandado de Segurança em 29 de agosto de 2005** (fls. 272 e seguintes), dirigido ao Egrégio Sodalício (RMS 25.841), distribuído ao Relator, Ministro Gilmar Mendes, que, após o julgamento e*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0659-878E-F8BC-7534 e senha 7FF9-E63E-C399-8FC9

designação à relatoria ao Ministro Marco Aurélio diante de seu voto vencedor, em 20 de maio de 2013 desaguou na seguinte ementa (fls. 535/536):

> ***PARIDADE – REMUNERAÇÃO E PROVENTOS – CARGOS**. A paridade entre inativos e ativos faz-se presente o mesmo cargo. Precedente: Recurso Extraordinário nº 219.075/SP, Primeira Turma, relator ministro Ilmar Galvão, acórdão publicado no Diário da Justiça de 29 de outubro de 1999. **PROVENTOS E PENSÕES – JUÍZES CLASSISTAS**. Inexiste o direito dos juízes classistas aposentados e pensionistas à percepção de valores equiparados aos dos subsídios dos juízes togados em atividade. **JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO – VOGAIS – REMUNERAÇÃO**. Consoante disposto na Lei nº 4.439/64, os vogais das então juntas de conciliação e julgamento recebiam remuneração por comparecimento, à base de 1/30 do vencimento básico dos juízes presidentes, até o máximo de 20 sessões mensais. **JUÍZES CLASSISTAS ATIVOS – PARCELA AUTÔNOMA DE EQUIVALÊNCIA – PERÍODO DE 1992 A 1998**. A parcela autônoma de equivalência beneficiou os juízes classistas no período de 1992 a 1998, alcançados proventos e pensões, observando-se o princípio da irredutibilidade. Considerações. (**RMS 25841**, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Relator(a) p/ Acórdão: Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 20/03/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-094 DIVULG 17-05-2013 PUBLIC 20-05-2013)*

***Desta decisão a parte vencida propôs embargos de declaração** (**fls. 544 e seguintes**), aos quais não alcançaram efeito maior se não aclaratórios (fls. 620 e seguinte), o que fez manutenir a original decisão proferida pelo e. Supremo Tribunal Federal, reformadora da revisada primeira decidida no bojo do mandado de segurança, conferindo à impetrante-recorrente e, por decorrência, aos integrantes da categoria, o direito reclamado em ver revisados os*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0659-878E-F8BC-7534 e senha 7FF9-E63E-C399-8FC9

> *proventos e pensões com base nas diretrizes que se recolhem da decisão última, com trânsito em julgado em 24 de abril de 2014, conforme certidão exarada nas fls. 625 dos autos em comento.*
>
> *….....*
>
> ***Como visto**, a decisão acolheu parcialmente a pretensão inicial na toada acima transcrita, já implementadas as diferenças financeiras nos proventos e pensões dos representantes de classe de todo o país, pendendo, face o tempo penoso peculiar da fase executiva, as parcelas vencidas à época do 'writ' aos mesmos destinatários, ambas as medidas fruto do tempo aplacado pela ação mandamental, reservando os créditos anteriores ao mandado de segurança, como bem delineado pelo Ministro Relator Marco Aurélio, à ação ora manejada (parcelas vencidas anteriores a março de 2001), demanda judicial de carga condenatória própria para tanto, característica que inexiste, retroativamente, ao 'mandamus'.*
>
> ***Bem por isso o fim da presente provocação jurisdicional**, objetivando a condenação daquela que já reconheceu o direito da parte ativa quando da implementação das diferenças nos proventos e pensões da parte ativa, porém, aqui limitando aos anos de 1992, com a promulgação da Lei 8.448/92, a fevereiro de 2001, inclusive, bem como efeitos pertinentes em natalinas e demais verbas adjacentes.*" (**grifei**)

Ao apreciar *a presente causa*, o Juízo da 6ª Vara Federal de Joinville – Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina **julgou procedente** o pedido formulado pela autora, **o que motivou** a interposição de recurso de apelação.

O E. Tribunal Regional Federal da 4ª Região **declinou** de sua competência **e ordenou a remessa** dos autos a esta Suprema Corte (**CF**, art. 102, I, "**n**"), **eis que existiria** – *segundo aquela Corte judiciária* – **interesse direto e geral** de todos os membros da Magistratura na resolução da controvérsia, bem assim porque **a maioria dos integrantes daquele Tribunal** *havia-se declarado impedida ou suspeita em casos análogos*.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0659-878E-F8BC-7534 e senha 7FF9-E63E-C399-8FC9

O Ministério Público Federal, *por sua vez*, **em manifestação** da lavra do ilustre Subprocurador-Geral da República Dr. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, **opinou pela incompetência** do Supremo Tribunal Federal para julgar a presente causa, **fazendo-o** *em parecer que está assim ementado*:

> *"**Ação originária. Magistratura trabalhista. Parcela autônoma de equivalência**. Herdeira de viúva de juiz classista que objetiva executar valores relativos a parcelas anteriores ao trânsito em julgado do RMS nº 25.841/DF. Incompetência originária do Supremo Tribunal Federal. Parecer por que não seja conhecida a ação."* (**grifei**)

Sendo esse o contexto, **cumpre analisar**, *preliminarmente*, **se se revela configurada**, *na presente causa*, **hipótese** de instauração *da competência originária* desta Suprema Corte **fundada** no art. 102, I, "**n**", da Constituição da República.

E, *ao fazê-lo*, **ressalto que a jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal (**RTJ 144/349**, Rel. Min. MOREIRA ALVES – **AO 949/SP**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, *v.g.*), **interpretando** o que dispõe a regra inscrita no art. 102, I, "**n**", da Carta Política, **somente reconhece viável** a aplicação dessa norma constitucional – **no que concerne** *a ações em que* ***todos os membros*** da Magistratura **sejam** *direta* **ou** *indiretamente* interessados – *naquelas* ***estritas*** *hipóteses* em que as consequências da decisão a proferir **venham**, *efetivamente*, a projetar-se *sobre todo o universo da Magistratura*, **e não apenas** *sobre parcela de seus membros* (**como** os juízes classistas, *p. ex.*):

> "***Em face*** *do disposto* ***na primeira parte*** *da letra 'n' do inciso I do artigo 102 da Constituição, esta Corte* ***só é competente*** *para processar e julgar, originariamente, 'a ação* ***em que todos os membros da magistratura*** *sejam direta ou indiretamente interessados'.*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0659-878E-F8BC-7534 e senha 7FF9-E63E-C399-8FC9

> ***Ora**, no caso, **somente uma parcela de membros da magistratura** – **a dos Juízes substitutos** – **é interessada** direta ou indiretamente nesta causa, **o que afasta a incidência** do dispositivo constitucional acima referido.*"
>
> (**AO 313-QO/RS**, Rel. Min. MOREIRA ALVES – **grifei**)

> "*(…) **II – Na hipótese dos autos, pretende-se**, em síntese, **a extensão do benefício** previsto no art. 227, I, 'a', da Lei Orgânica do Ministério Público da União **para o autor**, magistrado federal. **Assim, a demanda não está dirigida a todos os membros da Magistratura, mas apenas a parte dos juízes federais** (…), **não competindo a esta Corte julgar a causa**.*
>
> ***III – Agravo regimental a que se nega provimento**.*"
>
> (**AO 1.840-AgR/PR**, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – **grifei**)

Mostra-se relevante acentuar, *neste ponto*, **que tal entendimento** *tem sido observado* em **diversas** decisões – *monocráticas* **e** *colegiadas* – **proferidas**, *nesta Suprema Corte*, **a propósito** de ações que, **por dizerem respeito** a direitos **vindicados** *por parcela da Magistratura*, **resultaram não conhecidas** pelo Supremo Tribunal Federal, **por inaplicável**, *em tal hipótese*, **a norma excepcional inscrita** no art. 102, I, "**n**", da Constituição (**AO 934/SC**, Rel. Min. ELLEN GRACIE – **AO 965/RS**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO – **AO 976/SC**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA – **AO 986/RS**, Rel. Min. NELSON JOBIM – **AO 1.006/RS**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **AO 1.419-AgR/PE**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – **AO 1.516/CE**, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – **AO 1.529-ED/SP**, Rel. Min. LUIZ FUX – **AO 1.945/SC**, Rel. Min. GILMAR MENDES – **AO 1.983-AgR/SP**, Rel. Min. ROBERTO BARROSO – **AO 2.012/RJ**, Rel. Min. LUIZ FUX – **AO 2.014/DF**, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, *v.g.*):

> "***Agravo regimental em reclamação**. 2. Art. 102, I, 'n', da Constituição Federal. **Ausência de interesse nacional da magistratura**. 3. Pagamento de diferenças remuneratórias decorrentes do exercício, **por juiz federal substituto**, de atividades*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0659-878E-F8BC-7534 e senha 7FF9-E63E-C399-8FC9

> *em turmas recursais.* ***Não usurpação de competência*** *do Supremo Tribunal Federal. 4. Agravo regimental* ***a que se nega*** *provimento."*
>
> (**Rcl 16.530-AgR/CE**, Rel. Min. GILMAR MENDES – **grifei**)

> *"**AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. MAGISTRADO SUBSTITUTO**. PAGAMENTO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS EM DECORRÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO.* ***INCOMPETÊNCIA DO STF PARA JULGAMENTO DA AÇÃO. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO STF SOMENTE NAS HIPÓTESES DE INTERESSE DA TOTALIDADE DA MAGISTRATURA****. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL* ***A QUE SE NEGA*** *SEGUIMENTO.*
>
> ***1. A competência originária*** *do Supremo Tribunal Federal,* ***prevista*** *no art. 102, I, '****n****', da Carta Magna,* ***reclama a presença, cumulativamente, de dois requisitos****: (****i****) a existência de interesse* ***de toda*** *a magistratura; (****ii****) que esse interesse* ***seja exclusivo*** *dos magistrados.*
>
> *2. 'In casu',* ***a causa apenas atinge*** *os interesses* ***de número restrito*** *de magistrados* ***que atuem como juízes substitutos*** *e, nessa condição, substituam juízes federais.*
>
> *3. Agravo regimental* ***desprovido****."*
>
> (**Rcl 19.681-AgR/SE**, Rel. Min. LUIZ FUX – **grifei**)

Daí o douto pronunciamento do ilustre Subprocurador-Geral da República Dr. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, **cujo parecer orienta-se** *no sentido firmado pelo magistério jurisprudencial* **desta** Suprema Corte:

> *"(...)* ***a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal já assentou que a questão relativa a grupo de juízes classistas aposentados não é de interesse de toda a magistratura*** *(****AO 1062****, Relator(a): Min. Joaquim Barbosa, DJe 26.09.2011;* ***AO 934****, rel. min. Ellen Gracie, DJe 21.08.2002;* ***AO 965****, rel. min.*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0659-878E-F8BC-7534 e senha 7FF9-E63E-C399-8FC9

*Ilmar Galvão, DJe 03.02.2003; **AO 922**, rel. min. Cezar Peluso, DJe 23.04.2004).*" (**grifei**)

Impõe-se observar, ainda, **que a competência originária** do Supremo Tribunal Federal, **por qualificar-se** *como um complexo de atribuições jurisdicionais de extração essencialmente constitucional* – **e ante o regime de direito estrito** a que se acha submetida –, **não comporta a possibilidade** de ser estendida a situações **que extravasem** os rígidos limites fixados, em "*numerus clausus*", **pelo rol exaustivo** inscrito no art. 102, I, da Carta Política, **consoante adverte a doutrina** (MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, "**Comentários à Constituição Brasileira de 1988**", vol. 2/217, 1992, Saraiva, *v.g.*) **e proclama a jurisprudência** desta própria Corte (**RTJ** 43/129 – **RTJ** 44/563 – **RTJ** 50/72 – **RTJ** 53/776 – **RTJ** 171/101-102, *v.g.*).

A "*ratio*" **subjacente** a esse entendimento, *que acentua o caráter absolutamente estrito* da competência constitucional do Supremo Tribunal Federal, **vincula-se** à necessidade *de inibir indevidas ampliações descaracterizadoras* da esfera de atribuições institucionais desta Suprema Corte.

Nem se alegue, *finalmente*, **tal como afirma** o E. Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que a manifestação de suspeição **ou** impedimento de **mais da metade** dos membros do Tribunal *em casos análogos* ao dos **presentes autos atrairia** a competência desta Suprema Corte.

Com efeito, para que uma causa **seja submetida à competência originária** do Supremo Tribunal Federal, com suporte na parte final do art. 102, I, "**n**", da Constituição, nos casos **de impedimento ou de suspeição** *de mais da metade dos membros de qualquer Tribunal judiciário*, **impõe-se** que os **fundamentos** justificadores dessas excepcionais situações de inabilitação judicial **sejam previamente expostos e arguidos** *pela parte interessada* (**excipiente**) perante o Tribunal de jurisdição inferior, **a fim de que este**, *ao apreciá-los*, **possa acolher**, *ou não*, a "*recusatio judicis*".

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0659-878E-F8BC-7534 e senha 7FF9-E63E-C399-8FC9

Se os juízes recusados pelo excipiente – *desde que constituam mais da metade dos membros da Corte judiciária* – **vierem a reconhecer** a exceção contra eles próprios deduzida, **tornar-se-á lícito admitir**, *desde logo*, **a competência originária** desta Corte Suprema **para processar e julgar** *a causa principal*, com fundamento no art. 102, I, "**n**", da Carta Política.

De outro lado, *caso os magistrados que sofrerem a exceção* **a ela se opuserem**, a arguição de impedimento/suspeição **será julgada**, *previamente*, pelo Supremo Tribunal Federal. **Se este**, *ao apreciar a pertinente exceção*, eventualmente reconhecer a situação configuradora de impedimento/suspeição, **caber-lhe-á**, *então*, com base no preceito constitucional referido, **julgar**, *em sede originária*, a própria causa principal, **na linha de reiterada jurisprudência desta Suprema Corte** (**RTJ 164/840**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **RTJ 175/147**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **RTJ 177/15-16**, Rel. Min. MOREIRA ALVES – **RTJ 196/82**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **RTJ 208/459-460**, Rel. Min. ELLEN GRACIE – **AO 1.478-AgR/MA**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*):

> "***O Supremo Tribunal Federal***, *ao apreciar a sua própria competência para processar e julgar causas* ***originariamente*** *ajuizadas* ***com fundamento*** *no art. 102, I, '**n**', segunda parte, da Constituição,* ***tem insistido na necessidade*** *de as situações tipificadoras* ***de impedimento*** *(**CPC**, art. 134)* ***ou de suspeição*** *(**CPC**, art. 135)* ***evidenciarem-se***, ***formalmente***, ***no Tribunal de origem***, ***quer*** *por ato de pessoal* ***e*** *espontânea afirmação de seus próprios membros,* ***quer por efeito de seu reconhecimento no âmbito da correspondente exceção*** *(**CPC**, art. 312),* ***em ordem a afetar***, *em decorrência* ***da 'recusatio judicis' ou*** *do exercício do dever ético-jurídico de abstenção,* ***mais da metade*** *dos magistrados* ***que compõem*** *o órgão judiciário.*
>
> ***Não basta***, *pois, para efeito de aplicabilidade da norma de competência fixada no preceito constitucional em referência,* ***a mera alegação de ocorrência de interesse***, *direto ou indireto, dos*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0659-878E-F8BC-7534 e senha 7FF9-E63E-C399-8FC9

Magistrados que compõem o Tribunal, no julgamento da causa submetida à sua apreciação (...).

***O pressuposto processual** relativo à competência originária – **que se revela** de caráter absoluto – não está sujeito ao poder de disposição das partes. Cuida-se de matéria de ordem pública, cuja natureza mesma acentua-lhe a completa indisponibilidade pelos sujeitos da relação processual."*

(**RTJ 146/114-115**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

*"(...) **Os pressupostos do impedimento e da suspeição**, impedimento e suspeição que gerariam a competência do Supremo Tribunal Federal, na forma da alínea '**n**' do inc. I do art. 102 da Constituição, **devem ser apreciados pelo Tribunal competente**, **em princípio**, **para o julgamento da causa**. Precedentes do S.T.F."*

(**RTJ 152/3**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **grifei**)

*"**AÇÃO ORIGINÁRIA**. MANDADO DE SEGURANÇA. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **ART. 102**, **I**, '**N**', **DA CB/88**. ALEGAÇÃO DE IMPEDIMENTO, SUSPEIÇÃO **OU** INTERESSE DE MAGISTRADOS NA CAUSA. **INEXISTÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO EXPRESSA DO TRIBUNAL LOCAL**. NÃO CONHECIMENTO DO FEITO PELO STF. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL LOCAL. **AGRAVO IMPROVIDO**.*

*1. **A mera alegação de suspeição** dos componentes de Tribunal local para julgamento da causa pelo Supremo Tribunal Federal **não permite** o deslocamento da competência. Súmula n. 623.*

*2. **O impedimento**, **suspeição ou interesse** que autorizam o conhecimento da demanda pelo STF, **nos termos** do disposto no art. 102, I, 'n', 'in fine', da CB/88, **pressupõem a manifestação expressa dos membros do Tribunal competente** para o julgamento da causa. **Precedentes** [AgR-MS n. 25.509, Relator o Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, DJ 24.03.2006; AgR-AO n. 1.153, Relator o Ministro CARLOS VELLOSO, DJ 30.09.2005; AgR-AO n. 1.160, Relator o Ministro CEZAR PELUSO,*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0659-878E-F8BC-7534 e senha 7FF9-E63E-C399-8FC9

DJ 11.11.2005, e AgR-MS n. 23.682, Relator o Ministro CELSO DE MELLO, DJ 04.08.2000].

3. ***Compete aos Tribunais locais*** *o julgamento de mandados de segurança contra seus atos, nos termos do art. 21, VI, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional – LOMAN [LC n. 35/79].*

*4.****Agravo regimental a que se nega provimento****."*

(**AO 967-AgR/PE**, Rel. Min. EROS GRAU – **grifei**)

*"**AÇÃO ORIGINÁRIA** (**CF**, ART. 102, I, '**N**') – **COMPETÊNCIA DAS TURMAS** DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL **PARA O EXAME** DA CAUSA **E** DE SEUS INCIDENTES, **EIS QUE AUSENTES** DO PÓLO PASSIVO AUTORIDADES **DIRETAMENTE** SUJEITAS À JURISDIÇÃO DA SUPREMA CORTE – **PRECEDENTES** – **EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO/SUSPEIÇÃO SUSCITADA** POR ÓRGÃO FRACIONÁRIO DE TRIBUNAL – **NECESSIDADE** DE MANIFESTAÇÃO **DE MAIS DA METADE** DOS DESEMBARGADORES COMPONENTES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO – **JURISPRUDÊNCIA** DO STF **SOBRE O ALCANCE** DO ART. 102, I, '**N**', DA CONSTITUIÇÃO – **CARÁTER EXCEPCIONAL** DESSA REGRA DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA – **INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA** DESTA CORTE SUPREMA – **RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO**."*

(**AO 1.478-AgR/MA**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

*"**PRESSUPOSTOS DE INCIDÊNCIA DA REGRA CONSUBSTANCIADA NO ART. 102, I, 'N', DA CONSTITUIÇÃO – HIPÓTESE DE IMPEDIMENTO/SUSPEIÇÃO DOS MEMBROS DE TRIBUNAL – PROCEDIMENTO A SER OBSERVADO – PRECEDENTES.***

*– Para que uma **causa** seja submetida à **competência originária** do Supremo Tribunal Federal, com suporte no art. 102, I, '**n**', da Constituição, nos casos de **impedimento** ou de*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0659-878E-F8BC-7534 e senha 7FF9-E63E-C399-8FC9

> ***suspeição*** *de* ***mais*** *da metade dos membros de qualquer Tribunal judiciário,* ***impõe-se*** *que os* ***fundamentos*** *justificadores dessas excepcionais situações de inabilitação judicial sejam* ***previamente*** *expostos e arguídos, pela parte interessada (****excipiente****), perante o Tribunal de inferior jurisdição, a fim de que* ***este****, em os apreciando,* ***possa*** *acolher, ou não, a '****recusatio judicis****'.*
>
> *Se os* ***juízes recusados*** *pelo excipiente – desde que constituam* ***mais*** *da metade dos membros da Corte judiciária – vierem a* ***reconhecer*** *a exceção contra eles próprios deduzida, tornar-se-á lícito* ***admitir****, desde logo, a competência originária do Supremo Tribunal Federal para a causa principal, com fundamento no art. 102, I, '****n****', da Carta Política.* ***De outro lado****, se os juízes que sofrerem a exceção* ***a ela se opuserem****, a arguição de impedimento/suspeição será julgada,* ***previamente****, pelo Supremo Tribunal Federal.* ***Se este****, ao apreciar a pertinente exceção, eventualmente reconhecer a situação configuradora de impedimento/suspeição,* ***caberá*** *à Suprema Corte,* ***então****, com base no preceito constitucional referido, julgar, em sede originária, a própria causa principal.* ***Precedentes****."*
>
> (**MS 23.682-AgR/MG**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Sendo assim, *em face das razões expostas*, **e acolhendo**, *ainda*, **o parecer** da douta Procuradoria-Geral da República, **não conheço** da presente "*ação de cobrança*", **por inaplicável** ao caso a regra de competência **inscrita** no art. 102, I, "**n**", da Constituição da República.

Devolvam-se, *em consequência*, **estes autos** ao E. Tribunal Regional Federal da 4ª Região, **para que julgue**, *como entender de direito*, **a controvérsia** suscitada nesta causa.

Publique-se.

Brasília, 23 de outubro de 2018.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0659-878E-F8BC-7534 e senha 7FF9-E63E-C399-8FC9